



A Crise Portuguesa, o Keynesianismo e os Mercados¹

Nos últimos tempos, Portugal tem aparecido frequentemente em lugar de destaque nos media internacionais. Infelizmente, essa relevância acontece pelas piores razões, nomeadamente as crescentes dúvidas sobre a capacidade do Estado português para fazer face aos compromissos decorrentes do elevado nível de endividamento.

Depois de um longo período em que tanto a despesa como a dívida pública não cessaram de aumentar, a economia portuguesa confronta-se hoje com uma situação extremamente difícil no contexto da crise internacional. Os desenvolvimentos recentes na Grécia vieram colocar atenção acrescida na também complicada situação da economia portuguesa. Embora o panorama em Portugal não seja, para já, tão dramático como o da Grécia, a verdade é que a co-existência de taxas de crescimento económico anémicas com a pressão combinada de elevados défices, tanto orçamentais como da balança de transacções correntes, deixa pouco espaço para optimismo. Com o peso do Estado e a sua intervenção — directa e indirecta — sobre múltiplos sectores em permanente expansão, o período de 2000-2010 foi

basicamente uma década perdida em termos de crescimento económico. Mas o mais grave é que os principais factores que explicam a situação de estagnação económica e a falta de convergência real com os países mais desenvolvidos são de natureza estrutural e não meramente conjuntural.

As principais razões de fundo para a falta de competitividade da economia portuguesa são relativamente fáceis de identificar, mas bastante mais difíceis de resolver: um sistema educativo pouco exigente e profundamente centralizado, um sistema de justiça ineficaz, um mercado de trabalho formal dos mais rígidos do mundo, uma atitude generalizada de laxismo face ao nepotismo e à corrupção nas mais variadas instituições e a crescente intervenção governamental em sectores económicos chave. Todos estes factores contribuem para a baixa produtividade da economia portuguesa e, infelizmente, não há sinais de que possa haver melhorias substanciais em nenhum deles a curto prazo.

O conjunto de factores de bloqueio ao desenvolvimento económico só pode ser plenamente compreendido se for tida em conta a prevalência de ideologias estatistas na generalidade dos quadrantes da sociedade portuguesa. Para além do radicalismo anti-capitalista dos partidos da extrema-esquerda (com um peso eleitoral próximo dos 20%), o sistema político português caracteriza-se por um alargado (ainda que nem sempre informado) consenso em torno de políticas keynesianas. Sendo certo que a perspectiva de um colapso financeiro e económico iminente consegue abalar, em alguns casos, convicções e dogmas enraizados, a verdade é que a matriz keynesiana continua a dominar — explícita ou implicitamente — a maioria dos meios políticos, mediáticos e académicos em Portugal.

Por sua vez, este consenso keynesiano leva a um perigoso estado de negação sobre a real situação da economia portuguesa e as respectivas causas. A impossibilidade teórica e psicológica de reconhecer o falhanço e a insustentabilidade das sucessivas vagas de políticas keynesianas — tanto à esquerda como à direita — a que as causas da crise sejam atribuídas a agentes externos. A lista de culpados inclui representações mais ou menos mitológicas dos especuladores, os EUA, a Alemanha, o Banco Central Europeu, e até as agências de rating.²

As principais razões de fundo para a falta de competitividade da economia portuguesa são relativamente fáceis de identificar, mas bastante mais difíceis de resolver: um sistema educativo pouco exigente e profundamente centralizado, um sistema de justiça ineficaz, um mercado de trabalho formal dos mais rígidos do mundo, uma atitude generalizada de laxismo face ao nepotismo e à corrupção nas mais variadas instituições e a crescente intervenção governamental em sectores económicos chave

O conjunto de factores de bloqueio ao desenvolvimento económico só pode ser plenamente compreendido se for tida em conta a prevalência de ideologias estatistas na generalidade dos quadrantes da sociedade portuguesa

É por isso ridículo falar da “irracionalidade do mercado”, mesmo sendo verdade que os mercados estão nervosos. Só que têm razões para estar nervosos: ao contrário do que pensam alguns políticos, não chega Portugal repetir que não é igual à Grécia, é preciso que demonstre que é melhor do que a Grécia na superação de fraquezas que todos conhecem. A nossa dívida, por exemplo, é proporcionalmente menor, mas à dívida do Estado é necessário somar a dívida das empresas e particulares, sendo que uma parte desta é dívida pública escondida (caso das empresas públicas e dos encargos gerados pelas PPP). A nossa produtividade é muito baixa, a nossa incapacidade de crescer deriva da falta de competitividade e também da falta de rentabilidade dos investimentos que temos feito.³



Um elemento presente (em maior ou menor grau) na generalidade das explicações da crise como sendo provocada por agentes externos é a denúncia da alegada “irracionalidade dos mercados”. Segundo esta lógica, os problemas não estariam nas políticas keynesianas, nos défices acumulados e na falta de produtividade e competitividade da economia portuguesa mas sim na incapacidade dos mercados para verem que, afinal, não há nenhum problema de maior além do nervosismo irracional dos mercados.

O problema com o caso português, como bem salientou José Manuel Fernandes, é que os mercados têm infelizmente boas razões para estar “nervosos”:

Um “nervosismo” inteiramente racional que só pode agravar-se quando, mesmo perante um cenário de colapso financeiro iminente, os governantes insistem em avançar com mega-projectos de obras públicas como a ligação Lisboa-Madrid por TGV ou a terceira ponte sobre o Tejo.

No passado, a irresponsabilidade fiscal dos governos portugueses foi muitas vezes resolvida por via da política monetária e cambial. A adesão à moeda única europeia proporcionou menos instabilidade monetária e taxas de juro mais baixas, mas também removeu a possibilidade de distribuir a conta das políticas keynesianas por via da delapidação da moeda a nível nacional.

No presente contexto, parecem restar apenas duas opções: um programa de austeridade que imponha do exterior cortes muito significativos na despesa pública (e na própria soberania do país) ou a saída de Portugal do Euro. Em qualquer dos cenários, é praticamente certo que o alargado consenso keynesiano vigente em Portugal acabará por conduzir a graves problemas de instabilidade social e política. ●

¹ O presente texto é uma versão desenvolvida de dois outros artigos do autor: “The crisis: a view from Portugal”, publicado pelo Institute of Economic Affairs no dia 11 de Maio de 2010 [<http://blog.iea.org.uk/?p=2683>] e “Portugal, a crise e o consenso keynesiano”, publicado no âmbito do projecto OrdemLivre.org no dia 12 de Maio de 2010 [<http://www.ordemlivre.org/node/1001>].

² ALVES, André Azevedo. “As agências de rating e as dívidas dos Estados”. In: OrdemLivre.org, 02 de Fevereiro de 2010. Disponível em [<http://ordemlivre.org/node/868>].

³ FERNANDES, José Manuel. “A vingança de Newton e da lei da gravidade”. In: Público, 30 de Abril de 2010. Disponível em [<http://blasfemias.net/2010/05/01/a-vinganca-de-newton-e-da-lei-da-gravidade/>].